



PAINEL 1 – GANHOS CONSEGUIDOS COM A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Reformas Financeiras e Fiscais



Francisco **LIMA FORTES**
lima.fortes@cfaa.gov.cv

AGENDA

- 1. ENQUADRAMENTO DA REFORMA FINANCEIRA E FISCAL**
- 2. PRINCÍPIOS NORTEADORES**
- 3. PRINCIPAIS REFORMAS E PRINCIPAIS PRODUTOS**
- 4. GANHOS DA REFORMA FINANCEIRA E FISCAL**
- 5. NOVOS DESAFIOS – PRÓXIMOS PASSOS**



PALAVRAS CHAVES

Reformas Financeiras

Competitividade

Boa Governação

Serviço Ordenador

Controlador Financeiro

Transparência

Eficiência

Eficácia

Economicidade

Controlo Financeiro

PNCP

SIGOF – Sistema Integrado de Gestão Orçamental e financeira

SIM – Sistema de Informação Municipal



1. ENQUADRAMENTO DA REFORMA FINANCEIRA



ENQUADRAMENTO

“Fenómenos como a *Globalização, Crises Internacionais* e da *Sociedade do Conhecimento* introduziram complexidades e um certo **dinamismo na economia**, pondo em causa a eficiência das instituições para incentivar as mudanças necessária de comportamento para acompanhá-los.”

Ser competitivo tornou-se um imperativo!

- **Para o Economia**
- **Para o Sector Publico**
- **Para o Sector privado**



ENQUADRAMENTO

- ❖ **Cabo Verde cedo compreendeu da necessidade de:**
 - **Funcionar em rede**
 - **Introduzir inovação nas políticas de Modernização da Administração Financeira do Estado – Inovação como mudança de paradigma**
 - **Transformar dados em informação e passar da informação ao conhecimento**
 - **Aplicar o conhecimento na prestação de serviços partilhados na administração Pública**
 - **Introduzir Tecnologias de informação e conhecimento como pontos de passagem obrigatórios para a Modernização**



ENQUADRAMENTO - EIXOS DE MUDANÇA

Desenvolvimento de uma cultura centrada no Cidadão/Contribuinte/utente



Reengenharia de processos com criação de valor

Estratégia tecnológica alinhada com a de negócio



ENQUADRAMENTO - OBJECTIVOS

Nomeadamente

- ❖ **Aumentar a eficácia e eficiência da actividade da administração financeira com reflexos nas condições e no desempenho de funções de interacção do estado com o cidadão e com os agentes económicos**
- ❖ **Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos ao desenvolvimento da actividade económica**
- ❖ **Promover o uso intensivo das Tecnologias de informação promovendo uma administração em rede**
- ❖ **Qualificar a prestação do serviço publico com foco nos funcionários que lidam com cidadão e empresas**



2. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA REFORMA FINANCEIRA



PRINCÍPIOS

- ❖ “ Fazer com que a Administração Financeira Pública Cabo-verdiana se oriente pela **Prossecução do Interesse Público, Legalidade, Transparência, Responsabilização, Controlo Financeiro, Separação e Segregação de Funções**
- ❖ **Utilização do ciclo de gestão – Na Gestão das Finanças Publicas**
- ❖ **Alinhamento com a Agenda da Reforma do Estado**



Boas praticas em Transparência fiscal

Categoria	Princípios
Definição clara dos papéis e responsabilidades	Distinção entre o sector do Governo e o resto do sector público
	Distinção entre o sector público e a economia
	Definição clara e divulgação pública das políticas e das responsabilidades dos gestores do sector público
	Enquadramento legal, regulatório e administrativo claro e aberto da política fiscal
Processos de orçamento abertos	Definição e aplicação de um calendário para a elaboração do orçamento
	Orientação da definição do orçamento por objectivos de política macro-económica e fiscal bem definidos
	Definição de procedimentos claros para a execução, monitorização e reporting do orçamento
Disponibilização pública da informação	Fornecimento público de informação sobre projectos fiscais passados, actuais e previstos e sobre os principais riscos fiscais
	Apresentação da informação fiscal num modo que facilita a análise das políticas e promove a responsabilização
	Publicação atempada da informação fiscal
Garantias de integridade	Cumprimento de padrões de qualidade pelos dados fiscais
	Vigilância interna efectiva das actividades fiscais

3. PRINCIPAIS REFORMAS E PRINCIPAIS PRODUTOS



Principais Reformas

Planeamento Seguimento & Avaliação

- ❖ Elaboração do DECRP I e DECRP II (Documento de Estratégia Crescimento e Redução da Pobreza)
- ❖ Proposta de Ante-projecto de Lei de Desenvolvimento das Bases do Sistema de Planeamento
- ❖ Módulo do M&E no SIGOF e Sistema de Seguimento e Avaliação em curso
- ❖ Avaliações Externas regulares, da Gestão das Finanças Publicas (CFAA, CPAR, Revisão das Despesas Publicas, PEFA, FMI, GAO)



Principais Reformas

Gestão Orçamental e contabilidade Publica

- ❖ Elaboração da Nova Lei de bases do Orçamento
- ❖ Introdução dos Quadros de Despesas de Médio Prazo – QDMP
- ❖ Desconcentração da Elaboração do Orçamento – para os Serviços Ordenadores e Produção do Manual de procedimentos

- ❖ Elaboração do Regime Financeiro e da Contabilidade Publica
- ❖ A adopção de um Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira – SIGOF
- ❖ Elaboração de Novos classificadores Orçamentais
- ❖ Elaboração do PNCP – Plano Nacional de Contabilidade Publica (dimensão Orçamental, Patrimonial, Analítica e Contingencial)
- ❖ Recuperação das Contas do Estado atrasados desde 1998 e Normalização da sua elaboração e entrega ao Parlamento



Principais Reformas

Gestão Orçamental e contabilidade Publica

- ❖ Consolidação das Contas Públicas, com maior enfoque nos Serviços e Fundos Autónomos e Institutos Públicos (Administração indirecta do Estado)
- ❖ Implementação do Serviço Ordenador de Despesa e Receita
- ❖ Desconcentração da execução orçamental para os serviços ordenadores
- ❖ Nomeação dos Controladores Financeiros
- ❖ Automatização da Contabilidade Patrimonial no SIGOF
- ❖ Criação do Modulo de Gestão de Recursos Humanos consolidação da Base de Dados de RH e desconcentração do Processamento dos salários
- ❖ Integração dos familiares dos agentes da administração pública no regime dos trabalhadores por conta de outrem quanto aos cuidados de saúde e prestações imediatas;



Principais Reformas Gestão do Tesouro

- ❖ Automatização dos Planos de Tesouraria
- ❖ Ligação do Tesouro ao BCV (em negociação)
- ❖ Telecompensação de cheques até um determinado montante
- ❖ Introdução do software de gestão da dívida Pública - CSDRMS
- ❖ Desenvolvimento do mercado de Títulos da Dívida Pública (actualização da legislação)
- ❖ Bonificação das Taxas de Juros (actualização da legislação e auditoria aos bancos)
- ❖ Bancarização do Tesouro – (Racionalização das Contas, gestão de contas especiais e contas das instituições)
- ❖ Implementação do Núcleo de controlo do Sector Empresarial do Estado
- ❖ Reforma legislativa do SEE (lei sobre o sector empresarial do estado aprovado, Estatuto do Gestor Público, princípios de bom governo)
- ❖ Desenvolvimento de Software para controlo financeiro das empresas do SEE
- ❖ Inventariação dos Passivos contingentes do SEE
- ❖ Inventariação dos Avais e Acordos de Retrocessão



Principais Reformas

Património e Contratação Pública

- ❖ Implementação de Nova Organização da DGPE
- ❖ Criação do Modulo de Gestão de Activos incluindo o cadastro
- ❖ Início de inventariação dos Bens Moveis e imóveis do Estado
- ❖ Inventariação das Viaturas do Estado
- ❖ Lei das Aquisições Publicas
- ❖ Criação dos instrumentos Legais das Aquisições Publicas
- ❖ Instalação e operacionalização da ARAP – Agencia Reguladora das Aquisições Publicas
- ❖ Preparação para instalação das UGAs – Unidade de Gestão das Aquisições



Principais Reformas

Contribuição e Impostos

- ❖ Introdução do IVA e elaboração dos respectivos regulamentos e supressão de numerosas taxas arrecadadas pela DGA
- ❖ Produção de novos Códigos: Código Geral Tributários; de Processo Tributário; das Execuções Tributarias; código do Imposto de Selo e Código de IUR
- ❖ Revisão dos escalões e bordos do IUR
- ❖ Abaixamento da Taxa do IUR para as pessoas singulares e para as Empresas (Pessoas Colectivas)
- ❖ Introdução do Novo NIF – Numero de identificação Fiscal
- ❖ Capacitação institucional a nível dos Serviços Centrais e das 15 RF's
- ❖ Ligação das RF's a rede geral informática do Estado



Principais Reformas Contribuição e Impostos

- ❖ Desenvolvimentos informáticos de automatização dos Processos e Serviços, de atendimento e Cobrança de Receitas do Estado, através do SIGOF;
- ❖ Desenvolvimento do Cadastro e identificação dos contribuintes (SIGOF e Cartões Contribuintes)
- ❖ A introdução da Conta Corrente do contribuinte no SIGOF
- ❖ Recuperação automatizada do registo das Dividas dos Contribuintes;
- ❖ Desmaterialização, com a digitalização dos documentos e suportes;
- ❖ Desenvolvimento da funcionalidade de Análise e Previsão da Receita;
- ❖ Desenvolvimento da funcionalidade de Gestão do acompanhamento dos contribuintes



Principais Reformas Administração Aduaneira

- ❖ Informatização da totalidade das Casas Fiscais, conexão à rede do Estado
- ❖ Instalação da versão 3 e posteriormente versão 1.18b do SYDONIA++.
- ❖ Informatização da gestão dos Pedidos de Levantamento
- ❖ Implementação da nova Pauta Aduaneira
- ❖ Implementação do regime do Transito Nacional das mercadorias
- ❖ Criação da aplicação informática para a gestão dos processos de bagagens
- ❖ Instalação da Delegação Aduaneira de Sal-Rei na Boavista;
- ❖ Instalação da nova interface de comunicação (VPN) dos utentes externos das Alfândegas (Despachantes, Agências e Companhias de transporte;



Principais Reformas Administração Aduaneira

- ❖ Apresentação e preparação do projecto de implementação do SYDONIA World;
- ❖ Preparação dos requisitos necessários para a gestão conjunta dos armazéns (Alfândegas e ENAPOR).
- ❖ Adopção do NIF nas declarações aduaneiras:
- ❖ Criação da interface DGA / DGCI
- ❖ Eliminação do Verbete de Contribuição Industrial
- ❖ Integração do tratamento preferencial aos produtos originários da CEDEAO
- ❖ Adaptação de novos formulários dos serviços aduaneiros
- ❖ Controlo dos Entrepósitos aduaneiros



Principais Reformas Sistema de Controlo

- ❖ Nomeação dos Controladores Financeiros
- ❖ Reforço das capacidades da IGF (mais inspectores, Formação, Equipamentos)
- ❖ Reforço das capacidades do Tribunal de Contas (Formação dos núcleos da conta geral do Estado e dos municípios; equipamentos)



Principais Reformas Contabilidade Sector Privado

- ❖ Criação de Comissão Nacional de Normalização Contabilística - CNNC
- ❖ Criação do SNCRF – Sistema de Normalização contabilística e Relato Financeiro
- ❖ Publicação de toda a legislação referente ao SNCRF



4. GANHOS DA REFORMA FINANCEIRA E FISCAL



Ganhos Organizacionais

Melhoria na
Gestão das
Finanças
Publicas

**Aumentar a qualidade da despesa
Publica**

**Melhorar a gestão das Receitas
Publicas**

**Maior transparência das contas
Publicas**

**Maior transparência na gestão do
Património Publico**

**Maior transparência nas aquisições
Publicas**

Celeridade nos Processo

**Diminuição dos prazos médios de
Pagamento**

Melhoria do Atendimento ao cidadão

**Aumento da capacidade de Mobilização
de Recursos para o Orçamento**



Ganhos na Competitividade

- ❖ Diminuição dos Prazos de pagamentos aos Fornecedores
- ❖ Mais recursos para dinamizar a economia
- ❖ Fiscal
 - Simplificação do Imposto s/consumo (IVA)
 - Criação do Tribunal Fiscal e Aduaneiro
 - Reformulação da Legislação do Imposto de Selo evitando a dupla tributação
 - Estabelecimento de convenções de tributação com outros países
 - Melhoria no atendimento e acesso a Administração Fiscal e Aduaneira
 - Introdução de Isenções e benefícios Fiscais
 - Abaixamento das taxas do IUR
 - De 35% para 30% (MV) e de 35% para 20% (ME) 2002
 - De 30% para 25% (MV) e de 20% para 15% (ME) 2008/9



5. NOVOS DESAFIOS – PRÓXIMOS PASSOS



Novos Desafios

- ❖ Continuar com as Reformas Financeiras com a operacionalização do PAGFP – Plano de Acção de Gestão das finanças Publicas
- ❖ Elaboração de um código de incentivos e benefícios fiscais
- ❖ Empenhar na redução dos “**custos públicos de contexto**” que provocam constrangimentos aos agentes económicos
- ❖ Contribuir para **melhorar o ambiente de negócios** em Cabo Verde e cumprimento das metas do Doing business para 2010



OBRIGADO

Francisco **LIMA FORTES**
lima.fortes@cfaa.gov.cv

